

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Comissão da AR
fiscaliza reassentamento

Not



Lucinda Malema, vice-presidente da Comissão, dirigindo-se aos seus pares na capacitação sobre indústria extractiva

A COMISSÃO dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologia e Comunicação Social da Assembleia da República inicia nos próximos dias, à escala nacional, a fiscalização do processo de reassentamento das comunidades abrangidas pela exploração dos recursos minerais.

Segundo a vice-presidente deste grupo especializado de trabalho do Parlamento, Lucinda Malema, os deputados também vão avaliar o cumprimento do Plano Económico e Social 2018 nos mais variados sectores.

A fiscalização do processo de reassentamento das comunidades afectadas pela exploração dos recursos minerais tem em vista aferir o nível de salvaguarda dos direitos destas, no âmbito social.

É que as questões sociais decorrentes da exploração dos recursos minerais têm preocu-

pado a Assembleia da República, facto que levou à capacitação dos membros da Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologia e Comunicação Social em matéria da indústria extractiva, para melhor interpretar e fiscalizarem o cumprimento da legislação.

Igualmente, o reassentamento das comunidades abrangidas pela exploração dos recursos minerais tem gerado muita controvérsia devido ao não respeito cabal dos direitos humanos e, sobretudo, à não criação de condições condignas para que as comunidades reassentadas prossigam com normalidade as suas vidas.

De acordo com Lucinda Malema, Moçambique está na órbita do mundo devido à descoberta de recursos minerais, o que torna imperioso que os mandatários do povo tenham conhecimentos sobre esta matéria para uma boa fiscalização.

“É nosso interesse saber se a

leis aprovadas pelo Parlamento e que regulam a exploração dos nossos recursos naturais, como a Lei de Minas e a Lei de Petróleos, estão a ser respeitadas ou cumpridas na íntegra pelas concessionárias, sobretudo nas componentes sociais”, disse a parlamentar.

A capacitação foi orientada pelo Centro de Estudos e Formação Parlamentar, em parceria com o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), com o apoio financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia.

O coordenador de programas do IMD, Dércio Alfazema, explicou que a formação dos deputados decorre do facto de a indústria extractiva ser uma matéria transversal que abrange não somente questões económicas e ambientais, mas também sociais, devido ao seu grande impacto social nas comunidades onde que é desenvolvida, como o reassen-

tamento.

“Se prestarmos atenção, os problemas que são levantados neste sector têm a ver com a componente social, sobretudo os reassentamentos, que nem sempre são realizados de forma adequada. Por detrás desta matéria, há questões inerentes aos direitos das crianças e à implementação da própria Lei do Trabalho, sobretudo no capítulo dos direitos dos trabalhadores nacionais”, afirmou.

O director do Centro de Formação e Estudos Parlamentares, Acácio Beleza, vinco que estas formações vão continuar na Assembleia da República porque aumentam a capacidade e os conhecimentos, não somente da função fiscalizadora dos deputados, como também da legislativa e representativa.

A capacitação foi ministrada por especialistas nacionais do Ministério dos Recursos Minerais.